



Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

HISTÓRIA: HUMANISMO E PRAGMATISMO

Publicado no site em 18/09/2008

Earle D. Macarthy Moreira

O humanismo, cujo tema central está tão claramente presente na "Oração sobre a dignidade do homem", de Pico della Mirandola, ou seja, a liberdade e a capacidade do homem de realizar, de construir o seu mundo, é ideal tão palpitante hoje, nesta era da cibernética e do pavor, como o foi nos primórdios da Modernidade. E até mais, por que se naqueles idos a intelectualidade arremetia contra a ordem e a hierarquia estabelecidas pelo Império, pela Igreja e pelo Feudalismo, baseados estes em pressupostos de ordem transcendental, e que supunha aquela impedir a plena realização do homem em seu próprio reino - que seria o mundo natural - em nossos dias, os cultores das coisas do espírito devem enfrentar não só muitos e dissimulados meios de anulação do próprio homem como, escancaradamente, um processo de desumanização da sociedade como um todo, baseado em premissas utilitárias ou pragmatistas.

Até o século passado, lutou-se contra a escravidão do homem pelo homem; mas, ainda hoje ouve-se, a partir das mais altas esferas, pronunciamentos revestidos de olímpica tranqüilidade, a respeito de nossos destinos, mediante receituários excretados por molochs eletrônicos. E, fazemo com um devotamento místico capaz de provocar arrepios a um Juan de la Cruz ou a uma Teresa de Ávila.

Esses devotos dos circuitos fechados, dos computadores de última geração, das reengenharias, dos selos de qualidade, trazem-me à lembrança uma cena por demais conhecida da badalada série cinematográfica de anos atrás - *Mondo Cane*: numa perdida ilha da Polinésia, os nativos, rondando do mesolítico para o neolítico, as ventas atravessadas por espinhas de pescado e a gaforinha arrepiada em exóticos toucados, à base de lama e estrume, hirtos, reverentes, o olhar maravilhado, prosternam-se perante os restos de uma enferrujada Fortaleza Voadora, relíquia desmantelada da última guerra mundial.

Àqueles de nosso meio, que carregam seus graus acadêmicos com a mesma pose com que o fígiano embute ossos pelas narinas, e que se prosternam perante as obras de seus semelhantes, é de render-se a homenagem do verso protéico: *Cor, vox, dens, frons, ren, splen, pes, lux sunt tibi, deest mens* - "Tens coração, voz, dentes, cara, rins, baço, pés e olhos; falta-te, porém, juízo".

O humanismo do século XV, com seu pretendido retorno à Antiguidade Clássica, diz-se que conferiu à Renascença um agudo senso de historicidade. O humanismo de nossos dias também não ignora a importância da perspectiva histórica. É Consalvo Ceci, em "Libertá ideal e libertá stórica", que, pelos anos cinqüenta do século XX, nos diz que "a liberdade é a condição de toda a atividade do espírito, fora da qual seriam inconcebíveis, não somente a arte, a filosofia, a ética, mas também a própria atividade política e econômica" e, mais, que "toda a obra humana tem valor enquanto nela se manifesta uma atividade espontânea, ou seja, uma personalidade livre. A história é a história da liberdade, ou melhor, da liberação espiritual...".

Não é difícil inferir daí que enorme responsabilidade social Ceci atribui ao historiador e o papel de capital importância que prescreve à história no mundo contemporâneo.

No Congresso Internacional de História, realizado em Roma no ano de 1955, (e já se foram mais de cinqüenta anos!) várias foram as interpelações apresentadas a respeito dos serviços que a história poderia prestar ao homem como tal e às comunidades. Já então havia, por parte de alguns, manifestações de repúdio à pesquisa endereçada ao conhecimento puro. Sardela (P.) foi,

então, porta-voz dessa corrente:

“Nós estamos vivendo um momento onde a função da história é requerida. É requerida não somente no domínio da educação, da formação, mas também no domínio da vida prática, pois é preciso considerar-se a questão de saber se os historiadores querem permanecer como intelectuais, que têm necessidade de matéria para alimentar seus lares ou se querem fazer obra construtiva e fornecer aos homens de Estado os dados exatos de que eles têm necessidade.”

Como se vê, com o habitual atraso das importações brasileiras, no que se refere a ocorrências de ordem cultural, as preocupações manifestadas em Roma, em 1955, terminaram por aportar aqui. Também em nosso meio, viceja a tese de uma vida universitária atrelada a finalidades pragmatistas e soi-disant empreendedoristas (no século passado dizia-se “desenvolvimentistas”...), que considera a pesquisa pura como algo da mesma ordem dos desvios de verba e esbanjamentos perdulários.

No que tange às chamadas “ciências humanas”, entre as quais se insere a História, a falta de entendimento quanto a seu valor intrínseco, não pode mais ser considerada como simples problema de ignorância, mais ou menos beatífica: raia a inconsciência!

Mas, voltando a Roma e ao tal Congresso: lá também indagou-se – e é um consolo saber que não temos o monopólio da estultícia! – se a História não seria mais prejudicial que benéfica e se, conseqüentemente, ao invés de estimular a pesquisa, não seria melhor abandoná-la.

Lednicki, um dos participantes, colocou em tela a responsabilidade do historiador, tendo em vista os perigos de uma história aplicativa. Alerta para o fato de que nas ciências exatas está muito clara a responsabilidade do cientista, sujeito à sanção da experiência mal sucedida. Um cálculo incorreto pode destruir uma cidade ou a incisão mal feita de um cirurgião pode causar a morte do paciente: “o cientista, queira ou não, encontra-se sob o peso da responsabilidade daquilo que faz. Não há nada parecido nas humanidades, mas justamente por isso, o sentimento da responsabilidade no humanista deve ser ainda mais forte, ainda mais categórico, por que seu trabalho é essencialmente especulativo. Mas então, qual é a fonte desse sentimento de responsabilidade? A fé sincera na verdade, verdade subjetiva, como a via mais segura para encontrar a verdade objetiva. Em outras palavras, é nossa consciência que é a única garantia de nosso objetivo. Mas o grande mal acontece quando as razões da consciência são substituídas pela razão de Estado”.

Creio que nesse texto está posto, de forma lapidar, o dilema dos estudos históricos em todas as partes e em todos os tempos. De um lado o historiador preocupado com as sanções externas, caso obedeça às sanções internas de sua consciência individual. De outro lado, o temor do Estado em relação ao historiador que segue, guiado por sua consciência, à procura da verdade objetiva, que se lhe coloca pela frente como a linha do horizonte e o avançar em sua direção, por representar um constante processo de reconstrução, de reavaliação, torna-se inevitavelmente perigoso para o status quo.

É por isso, sem mais alternativas, que o historiador, conscientemente ou não, torna-se um crítico das estruturas sócio-econômicas, dos regimes políticos e, conseqüentemente, aliciado ou repudiado pelos detentores do poder.

Certos temas, no presente, têm-se apresentado como escorregadios, mais devido à deficiente formação intelectual de alguns que a motivações ideológicas sérias. É o caso da história econômica cujo cultivo, depois da queda do Muro de Berlim, perdeu muito de seu atrativo, em que pese sua inegável importância. A bem da verdade, já pelos anos setenta do século passado, o grande historiador mineiro Francisco Iglésias, havia posto sobre a mesa de debates, como provocação, no Primeiro Simpósio de História Econômica da América Latina, em Lima, uma avaliação sobre o andamento desses estudos no meio universitário brasileiro, constatando seu escasso cultivo entre nós. Sendo ele mesmo, então, integrante do quadro docente da UFMG, arrola algumas evidências relativas ao estudo da história econômica no Brasil:

- Rotina e falta de compreensão do campo que se pretende trabalhar.
- Amadorismo e falta de continuidade no cultivo da matéria.
- Incapacidade de trabalho em grandes grupos, tendo em vista pesquisas extensas.
- Falta de interpretação, devida ao escasso domínio dos instrumentos de análise postos à disposição do estudioso pelas ciências sociais.

Segundo ele, “a incapacidade interpretativa é que leva ao arrolamento, à transcrição, sem exercício da crítica. O material passa valer por si, quando só vale organizado”. Aponta também para a outra face da moeda quando escreve: “Se é comum a deficiência de interpretação, lembre-se o vício oposto, que é o de interpretar demais. Autores que apresentam sistema acabado, edifício imponente, lógico na estruturação e harmonioso nas linhas, partindo de base precária ou nula, como se vê em algumas tentativas de aplicação do positivismo ou marxismo à realidade brasileira, mecanicamente, como fôrma, falhas não pelo sistema interpretativo, mas pelo desconhecimento da vida natural. Enfim, a interpretação exata exige não apenas que as fontes sejam conhecidas, mas que o manipulador tenha método e o aplique com cautela e inteligência, para encontrar não o que deseja, mas o que é”.

Sábias ponderações a ter em conta, para trabalhar em qualquer campo historiográfico! Não tenho a intenção, nos estreitos limites de uma aula, ainda que “magna”, de tratar de forma sistemática temas que demandariam mais vagar, como “história e tempo”, “história e meio”, “perpétua gestação da história”, etc.

A quantas digressões nos levaria Braudel só com alguns tópicos de seu artigo “Au parlement des historiens”:

“Quem acredita — escreve ele — nas ligações múltiplas, nas ações e interações, na reciprocidade indefinidamente repercutida das perspectivas, encontrar-se-á [...] ainda que a contra-gosto [...] de frente com os tradicionais recortes, no horizontal [...] e no correr do tempo: Antiguidade, Idade Média, Tempos Modernos [...] Nós reencontramos a cada instante essas velhas escadas. Que significam elas fora dessas regiões observadas tão perto — o Mediterrâneo e a Europa? Que significam esses patamares, essas escadarias para a China, a América dos Pré-colombianos ou para os estados e as civilizações da bacia do Níger?”

O Europáismus de Ernst Troeltsch, que afirma “não haver verdadeira história universal — inteligível para nós — fora da civilização européia”, não terá resultado do escasso conhecimento das demais civilizações, a priori, consideradas exóticas até os anos trinta do século passado? Não é, em grande parte, como decorrência da extensão e dos resultados da Segunda Guerra Mundial, que se vem observando uma tendência acentuada dos historiadores à fuga dos enfoques puramente locais e à busca de uma visão mais ampla, mediante estudos de história comparada?

Não resta a menor dúvida de que, apesar das dificuldades técnicas, metodológicas ou psicológicas, tais como as barreiras lingüísticas por exemplo, é hoje, mais que em qualquer momento do passado, de vital importância um esforço de compreensão dos valores e atitudes dos outros povos. Vale a crítica irônica de J. Needham para bem marcar o quanto as coisas mudaram desde o 1922 de Troeltsch:

“demasiados povos têm hoje um ponto de vista europeucêntrico. A falácia disso é a tácita presunção de que, se a ciência moderna e a tecnologia, que brotaram realmente na Renascença e na Europa Pós-Renascentista, são universais, todas as demais coisas européias são universais também. O Direito Romano é compreendido como a suprema concepção do espírito humano no campo jurídico; a filosofia grega é a abordagem mais próxima da verdade metafísica atingida pelo homem e a religião cristã (com todos os seus menores acidentes de tempo, lugar e teoria) revelou a verdade absoluta concernente a todos os homens, onde quer que vivam. A pintura e a escultura européias constituem a pintura e a escultura por excelência, que os artistas das demais culturas muito se têm esforçado por atingir, sem sucesso. A música européia é música; qualquer outra música é antropologia.”

Não estou a fazer um discurso em prol ou contra determinado tipo ou ramo da historiografia. Não opto pelo descarte deste ou daquele por inútil ou anti-científico ou, ainda, porque a moda é esta ou aquela. Alerto, porém, para o fato de que a denegrida “história narrativa” me parece indispensável à compreensão do todo, expurgado já o risco de ser tomada pelo próprio todo. Se a trama da história é complexa e nela nada acaba, nem nada principia de maneira absoluta; se, por exemplo, os resultados de uma revolução não se fazem perceber de uma só vez, em todos os sentidos; se entendida a história como quer Barragrough — “a history in a changing world” — será sempre muito difícil, senão impossível, chegar-se à definição das características de uma época, sem estabelecer-se a importância relativa dos fatores atuantes e sua hierarquia. Tal desiderato não tem como ser alcançado sem um razoável domínio da pejorativamente chamada “histoire événementielle”. Naturalmente, com os resguardos enunciados, entre outros, por Lucien Febvre, Raymond Aron, Carl Becker, Charles Morazé: “Não, o fato não é um absoluto. Todo o momento deve ser estudado com o sentido do universal”.

Parece-me que a hora é boa para relembrar e insistir nisso: no caráter reconstruído do fato histórico. É ele, para o historiador, uma reconstrução do espírito. É, como observa Raymond Aron, “uma espécie de tradução conceitual” daquilo que realmente houve.

Quem pode, na verdade, reordenar, sem abuso lógico, a complexidade desordenada e incoerente, por exemplo, de uma batalha, reduzindo-a a um seco enunciado inteligível e suscetível de enquadrar-se em uma série?

Tomemos de Carl Becker o exemplo e os comentários apresentados no artigo “What are historical facts?”:

“O fato histórico, nessa perspectiva, parece perder em solidez. Mas, o que abandona em certeza, ele ganha em profundidade. Quando sabe não mais poder considerá-lo como um átomo destacável da realidade exterior, o historiador vê, deveras, comprimir-se por detrás do acontecimento a inesgotável riqueza do passado, de tal forma que um fato histórico apenas pode tomar o seu sentido, em definitivo, renunciando aos contornos precisos nos quais, durante tanto tempo e com a maior das boas fés, a erudição acreditou poder encerrá-lo.

A passagem do Rubicão nada mais é do que o conjunto de gestos e palavras de uma tropa militar atravessando um riacho. Mas, situa-se na série dos acontecimentos concernentes às relações entre César e Pompeu, ao Senado romano e à República.

César, privado de seu comando na Gália, decide desobedecer as ordens do Senado. Marcha sobre Roma, para apoderar-se da autoridade suprema. O Rubicão é o limite material para além do qual a traição tornar-se-á decisiva. A travessia desse rio – outros foram atravessados antes, outros depois, pelo mesmo exército – é retida a título de símbolo, signo manifesto no curso da história. Concedemo-lhe importância pela infinita variedade de acontecimentos anteriores, posteriores e contemporâneos, por ela irresistivelmente evocados.”

Subscrevo – e nada mais faço que nadar a favor da correnteza – a concepção atual do fato histórico, que tirando-lhe o caráter de rigidez, permite discernir, nas mil facetas do acontecido, as que são verdadeiramente únicas e as que se repetem; aquilo que é individual e aquilo que é coletivo; o que tem de contingência e o que tem de regularidade.

Creio que está se aproximando o momento de bater em retirada, sob pena de me tornar demasiadamente enfadonho. Não gostaria, porém, de encerrar este encontro, sem colocar em pauta o tema da possibilidade de uma ação civilizadora, por parte desse impulso vital que se chama história. Que chances tem ela de atuar como força capaz de moldar a sociedade? Cabe-lhe arvorar-se em mestra do mundo contemporâneo, “para proveito de gerações futuras”?

Leopoldo von Ranke (1795-1886), na introdução de seu primeiro trabalho, em 1824, protestou contra o que chamou de “esses altos cargos”. A convicção de que a História nos garante o encontrarmos-nos no caminho certo, no caminho da salvação – quer se entenda isso no sentido religioso ou no secular – essa convicção de há muito que vem fazendo água. Cada vez mais impõe-se o respeito pelo inescrutável da meta ou do “ponto ômega”, referido por Teillard de Chardin. E essa “inescrutabilidade”, apesar de todos os fenômenos apanhados na rede das estatísticas, das teorias cíclicas, ainda se constitui em uma idéia-força no nosso campo de trabalho.

Todavia, a história não deixa de ser um reencontro do que fomos com o que somos. Nela o “homem” procura o “Homem”, ainda que pagando o preço do confronto com as mais extremadas formas de desumanidade.

A discussão é longa e permanece em aberto. Há, de fato, um “cansaço histórico” que, como atitude de auto-defesa, leva muitos pensadores a evitá-la? Será válida a tese de Nietzsche relativa aos inconvenientes da chamada “consciência histórica”, porque paralisa ou tolhe o homem na ação? Convém recordar que Nietzsche louva o esquecimento como força vital, como salutar: “Deixai os mortos enterrar os seus mortos”. O voltarmos-nos para o passado, o desejo de compreendê-lo nas suas condições próprias, não poderá levar a um relativismo cínico? Aquele que pensa “historicamente” não corre sério risco de tornar-se um neutralista incombível, acomodado perante o poder? Teria razão Burckhardt (1818-1897) prescrevendo à História “a função de salvaguardar a memória do que é humano e não pode perder-se, de salvar a imagem do homem para um futuro ainda desconhecido”?

Com os pés bem plantados no chão, adoto como minha a postura do historiador português

Vitorino de Magalhães Godinho, em "Coordenadas do Presente ao Passado e ao Porvir":

"Nunca como hoje se tornou imperativo, urgente, definir as coordenadas para situar o homem, para situar os homens, num esforço asperamente difícil de lucidez e rigor, de construção racional inteiramente aberta, a refazer-se a cada passo para uma racionalidade mais completa".

[Aula inaugural do PPGH/UPF/02.04.2004]